

**Curso de Extensão Acadêmica – 30h**

**Análise jurídico-jurisprudencial do Direito das Famílias  
no sistema Luso-Brasileiro**

**Objetivo**

Este curso tem por objetivo gerar um diferencial aos profissionais brasileiros e portugueses que atuam com o Direito das Famílias, aprimorando o conhecimento da doutrina e jurisprudência no direito comparado Brasil-Portugal.

**Diferencial**

O curso acontecerá na Universidade de Coimbra em convênio com o IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família, com aulas presenciais durante 5 dias seguidos, ministrado por professores brasileiros e portugueses, propiciando uma imersão personalizada no saber.

Os alunos receberão o certificado de conclusão do curso emitido pelo Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra com assinatura conjunta do IBDFAM, o que assegura a certificação por entidades de ambos os países.

De forma dinâmica e participativa, o curso promove a análise da doutrina e da jurisprudência, abordando casos atuais no direito comparado Brasil-Portugal.

**Informações**

**Data de 16 a 20/01/2023**

**Carga horária:** 30h = 6h diárias

Aulas de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Almoço: das 12h às 14h.

Com visita guiada à Universidade de Coimbra

**Organização:** Centro de Direito da Família e Instituto Brasileiro de Direito da Família

**Preço:** 565 euros

(15% de desconto para associados e conveniados do IBDFAM – EMERJ e AMPERJ e para ex-audidores do Centro de Direito da Família)

**Destinatários:** Detentores de licenciatura/graduação | estudantes de licenciatura/graduação

**Certificado de frequência:** o Curso confere o direito a um Certificado de frequência aos/às auditores/as que tenham cumprido a frequência mínima de 75% da carga horária do Curso.

**Inscrição:** Site do Centro de Direito da Família ([aqui](#))

## **Programa do curso**

### **DIA 25**

#### **1º dia. Aula I – 4h – manhã**

**09h – 10:30h** – Prof. Doutora Paula Távora Vítor e Prof. Doutora Rosa Cândido Martins

**10:30h – 12h** – Prof. Rodrigo da Cunha Pereira

*Introdução ao Direito das Famílias Comparado Portugal-Brasil*

#### **1º dia. Aula II – 4h – tarde**

**14h – 15:30h** – Prof. Doutor João Paulo Remédio Marques

**15:30h – 17h** – Prof. Maria Berenice Dias

*Alimentos familiares*

### **DIA 26**

#### **2º dia. Aula III – 4h - manhã**

**09h – 10:30h** – Mestre Inês Espinhaço Gomes

**10:30h – 12h** – Prof. Maria Berenice Dias

*Identidade de gênero e orientação sexual nas famílias*

#### **2º dia. Aula IV – 4h – tarde**

**14h – 15:30h** – Prof. Doutora Rosa Cândido Martins

**15:30h – 17h** – Prof. Rodrigo da Cunha Pereira

*Parentalidades*

### **DIA 27**

#### **3º dia. Aula V – 4h - manhã**

**09h – 10:30h** – Prof. Doutora Ana Rita Alfaiate

**10:30h – 12h** – Prof. Silvana do Monte Moreira

*Sistema jurídico de adoção*

#### **3º dia. Aula VI – 4h – tarde**

**14h – 15:30h** – Prof. Doutor Fernando Vieira e Doutora Inês Robalo

**15:30h – 17h** – Prof. Ana Gerbase

*Alienação Parental*

## **DIA 28**

### **4º dia. Aula VII – 4h – manhã**

**09h – 10:30h** – Prof. Doutor Rafael Vale e Reis

**19:30h – 12h** – Prof. Fernanda Barretto

*Regulação jurídica das técnicas de reprodução medicamente assistida*

### **4º dia. Aula VIII – 4h – tarde**

**14h – 15:30h** – Dra. Maria João Castelo-Branco

**15:30h – 17h** – Prof. Ana Gerbase

*Mediação e Práticas Colaborativas*

## **DIA 29**

### **5º dia. Aula IX – 4h – manhã**

**09h – 10:30h** – Mestre Carla Barbosa

**10:30h – 17h** – Prof. Patrícia Corrêa Sanches

*Proteção de dados no Direito das Famílias e de crianças e adolescentes*

### **5º dia. Aula X – 4h – tarde**

**14h – 15:30h** – Prof. Paula Távora Vítor

**15:30h – 17h** – Prof. Patrícia Corrêa Sanches

*As famílias na era digital*

### **Programa das disciplinas**

#### **1. Introdução ao Direito das Famílias comparado Brasil-Portugal.**

Organização do sistema normativo. Princípios regentes. Formação das entidades familiares. Relação de União de Fato e Casamento. Famílias paralelas ou simultâneas.

#### **2. Regulação jurídica das técnicas de reprodução humana.**

A cessão de útero. Normativas existentes. Dos embriões excedentários e sua utilização. Efeitos, inclusive sucessórios.

#### **3. Direto homoafetivo.**

Princípios regentes. Diversidade sexual e de gênero. União Civil entre pessoas do mesmo sexo. Estatuto jurídico-normativo.

#### **4. Sistema jurídico de adoção.**

Instituto jurídico-normativo da adoção e seu sistema processual. Conceito de adoção à brasileira e suas consequências jurídicas. Adoção *intuitu personae* e sua adequação ao estatuto da adoção.

#### **5. Parentalidades. Abandono Afetivo.**

Conceito e formação das parentalidades. A afetividade no contexto das relações parentais. Responsabilidade parental. Conceito e configuração do abandono afetivo. Consequências jurídicas.

#### **6. Alienação Parental.**

Conceito e configuração. Sistema jurídico-normativo. Princípios e responsabilidades.

#### **7. Alimentos e prisão civil.**

Características do direito a alimentos e da obrigação alimentar. Sistema jurídico-normativo. Sanções ao descumprimento do dever de alimentos.

#### **8. Mediação e Práticas Colaborativas.**

Métodos a aplicação da mediação. Técnica das práticas colaborativas no contexto das relações familiares.

#### **9. Inclusão digital das vulnerabilidades e abandono digital.**

A tecnologia no contexto das relações familiares. A inclusão digital como direito fundamental. Vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos frente à tecnologia. Abandono digital e responsabilidade.

#### **10. Proteção de dados no Direito das Famílias e de crianças e adolescentes.**

Princípios da privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade. Instituto jurídico-normativo. Dados sensíveis. Proteção de dados e relações familiares. Princípio do melhor interesse do incapaz no contexto da proteção de dados.

### **Currículo abreviado dos Docentes Portugueses**

1. Paula Távora Vítor é Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 2017, e onde leciona Direito da Família e de Direito das Sucessões. É Presidente da Direção do Centro de Direito da Família e investigadora do Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra. É membro do *Executive Council* da *International Society of Family Law* (ISFL) e do *Coordinating Group* de *Family Law in Europe Academic Network* (FL-EUR). É ainda membro do Conselho Redatorial de *Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família*, bem como da *Revista Family & Law*. É co-autora de projetos de reforma legislativa na área da capacidade dos adultos e integrou o Grupo de Trabalho de revisão da Lei de Saúde Mental. É autora de monografias e artigos em língua portuguesa e inglesa sobre temas de Direito da Família, Direito das Pessoas e Direito das Sucessões.

2. Ana Rita Alfaiate é licenciada, mestre e doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde dá aulas. É ainda Professora Auxiliar da Universidade Portucalense. É membro integrado (investigadora) do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pertenceu, durante toda a sua vigência, ao Observatório Permanente da Adopção. Publicou o livro "A relevância penal da sexualidade dos menores" (Coimbra Editora, 2009) e é autora de diversos capítulos de livros e artigos científicos publicados em Portugal e fora do país. Tratou, na sua dissertação de doutoramento (ainda não publicada), "O problema da responsabilidade penal dos inimputáveis por menoridade"; e as suas áreas de interesse são o direito penal, o direito da família e o direito das crianças e jovens.
3. Rosa Cândido Martins é Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Em 2020, obteve o grau de Doutor em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É membro da Direcção do Centro de Direito da Família (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) e membro do Conselho Redactorial de "Lex Familiae – Revista Portuguesa de Direito da Família".
4. Inês Espinhaço Gomes é Assistente Convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Porto, onde leciona Direitos Fundamentais e Direito Constitucional, na Licenciatura, assim como temáticas de Direito e Género, no âmbito de Pós-Graduações. É licenciada pela mesma instituição e obteve o LL.M. em *European and European Legal Studies*, pela *Europa-Kolleg Hamburg* da Universidade de Hamburgo, Alemanha. As suas investigações incidem sobre as temáticas dos Direitos Humanos, particularmente, nos temas da Igualdade e da Não Discriminação e do Direito e Género, com foco nas questões relativas às pessoas trans e intersexo.
5. Carla Barbosa é licenciada em Direito; pós-graduada em Direito da Medicina; pós-graduada em Direito da Farmácia e do Medicamento; frequência de pós-graduação em Direito da Banca, Bolsa e Seguros; Mestre em Direito e Bioética e frequenta o doutoramento na Univ. de Maastricht. Advogada, há 17 anos, com foco de atuação na área do direito da saúde e da proteção dos dados pessoais. Investigadora e associada do Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Membro do Conselho Redactorial da *Lex Medicinae – Revista Portuguesa de Direito da Saúde*. Investigadora do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na linha Vulnerabilidade e Direito. Membro da Comissão de Ética para a Saúde da ARSCentro; Membro da comissão de aconselhamento para elaboração da norma sobre Consentimento Informado da DGS. Docente em diversos Cursos de Licenciatura, Pós-graduação, cursos de Mestrado e Cursos de Doutoramento sobre temas de Direito da Medicina. Autora e coautora de diversos artigos (em publicações nacionais e internacionais) sobre direito da saúde, privacidade e proteção de dados.
6. Rafael Vale e Reis é Docente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Direito Biomédico
7. Maria João Castelo-Branco é Advogada, Coach, Mediadora e Formadora nas áreas de Conflitos Familiares, Escolares, Civis e Comerciais em diversas instituições privadas e de ensino superior. Membro do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de

Coimbra. Sócia Gerente da MEDIARMAIS – Formação, Mediação e Coaching, Lda. Presidente da Direção da FMC – Federação Nacional de Mediação de Conflitos (mandatos 2018-2020 e 2021-2023). Autora do livro "*Mediação Familiar – Guia prático para principiantes*", publicado em setembro de 2018, pela Chiado Books Editora.

8. Fernando Vieira: médico, assistente graduado sénior de psiquiatria no Serviço de Psiquiatria Forense do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e assessor do Programa Nacional Saúde Mental da Direcção Geral da Saúde. Pós-graduado com o Curso Superior de Medicina Legal e de Direito Biomédico. Membro da Direcção da Secção da Subespecialidade de Psiquiatria Forense do Colégio de Psiquiatria da Ordem dos Médicos. Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento da Lei de Saúde Mental.
9. Inês Robalo: Procuradora da República, Mestre em Direito e Assessora no Gabinete da Procuradora-Geral da República, cujas funções se dirigem a várias áreas de atuação, no quadro das atribuições do Ministério Público. Por designação da Procuradoria-Geral da República, membro do grupo de trabalho coordenado pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P., sobre as dificuldades de avaliação do dano psicológico e psiquiátrico, nas vertentes judicial e pericial, no contexto de formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica.
10. João Paulo Remédio Marques: Professor Associado com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e do Departamento de Direito da Universidade Portucalense, Mestre (Ciências Jurídico-Civilísticas), Doutor (Ciências Jurídico-empresariais), Agregado (Ciências Jurídico-Processuais), Professor de Direito da Família e das Sucessões, Direito Processual Civil (I e III - licenciatura); Propriedade Industrial (mestrado); Patentes e Marcas na União Europeia (doutoramento); Processo e a Integração Europeia (doutoramento). Integrou as duas Comissões de Revisão do Processo Civil (2009-2011), constituídas pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais, que estiveram na origem do novo Código de Processo Civil português de 2013. Membro da Comissão de Revisão do Código da Propriedade Industrial, constituída na Secretaria de Estado da Justiça (setembro de 2018), em representação da Associação Portuguesa de Direito Intelectual. Membro do Conselho Consultivo do Tribunal Unificado de Patentes, designado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Portugal), em 2016. Conferencista convidado em Portugal, Brasil, Espanha, Itália, Angola, Cabo Verde, Macau e Moçambique. Autor de 181 publicações nas áreas de Processo Civil, Propriedade Intelectual, Direito da Família e Sucessões, Direito Comercial. Juiz árbitro (Direito dos Contratos e Propriedade Industrial) e integra o painel de árbitros do Centro de Arbitragem da Associação Comercial de Lisboa e dos Centros de Arbitragem CONCORDIA e ARBITRARE. Membro da Comissão de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, desde 2009. Revisor anónimo (*peer review*) em várias revistas científicas de Direito. Membro do Conselho Editorial de várias revistas científicas de Direito (Portugal, Brasil e Angola). Membro da Direção da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde julho de 2021. Jurisconsulto.

### **Currículo abreviado dos Docentes Brasileiros**

1. Rodrigo da Cunha Pereira: Presidente Nacional do IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Direito Civil

pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Direito das Famílias e Sucessões com ênfase interdisciplinar em psicanálise. Professor licenciado adjunto III da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da International Society of Family Law. Autor dos livros: Dicionário de Direito das Famílias e Sucessões; Divórcio – Teoria e Prática; Sexualidade vista pelos Tribunais; Princípios norteadores do Direito de Família. Coordenador e autor de diversas outras obras jurídicas no Brasil. Membro do Conselho Editorial da Revista Científica do Instituto Brasileiro de Direito Civil, e da Revista Científica do IBDFAM.

2. Maria Berenice Dias: Vice-Presidenta Nacional do IBDFAM. Mestre em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Presidiu a Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Criadora do JusMulher – Serviço de atendimento jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violência doméstica. Coordenou a elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual e Gênero no Brasil. Diretora das Relações de Gênero da Curadoria da Bienal do Mercosul. Foi desembargadora no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Autora dos livros: Manual do Direito das Famílias, Manual das Sucessões, Alimentos: direito, ação, eficácia e execução, a Lei Maria da Penha na Justiça, União Homoafetiva – o preconceito e a Justiça, Filhos do Afeto, Divórcio. Coordenadora e autora de diversas outras obras jurídicas no Brasil.
3. Patrícia Corrêa Sanches: Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas pela Universidad Del Museo Social Argentino – Buenos Aires. Pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Cândido Mendes. Certificação em Direito Digital e Proteção de Dados pelo Instituto de Direito Contemporâneo, e de Implementação Prática da Lei Geral de Proteção de Dados. Presidente Nacional da Comissão de Família e Tecnologia do IBDFAM. Professora da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Membro do Conselho de Pareceristas Ad Hoc da Revista Direito, Estado e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidente da 2ª. Comissão Disciplinar Julgadora do Tribunal de Justiça Desportiva do Futsal do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do curso de pós-graduação do IBDFAM em Direito Digital com ênfase no Direito das Famílias e Sucessões. Coordenadora e coautora do livro Direito das Famílias e Sucessões na Era Digital, e coautora em diversas obras jurídicas no Brasil.
4. Silvana do Monte Moreira: Mestre em Atenção Psicossocial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Direito Especial da Criança e do Adolescente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Presidente Nacional da Comissão de Adoção do IBDFAM. Membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Coordenadora dos Grupos de Apoio à Adoção Ana Gonzaga I e II. Representante para o estado do Rio de Janeiro da Associação Brasileira Criança Feliz. Coordenadora dos cursos de pós-graduação do IBDFAM em Proteção das Vulnerabilidades - Aspectos Processuais, Constitucionais e Materiais, e em Direito Digital com ênfase em Famílias e Sucessões. Autora dos livros: Adoção – Desconstruindo Mitos – Entre laços e entrelaços. Coordenadora e coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.
5. Ana Gerbase: Mestre em Métodos de Resolução de Conflitos pela Universidad Nacional Lomas de Zamora – Buenos Aires, Argentina. Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Gama Filho. Pós-Graduada em Mediação de Conflitos com Ênfase em Direito de Família pela Universidade Cândido Mendes. Especialização em Direito e Saúde.

Coordenadora do I Congresso Nacional de Alienação Parental da OAB-RS. Capacitação em Práticas Colaborativas. Advogada Colaborativa atuando em Direito das Famílias. Presidente Nacional da Comissão de Mediação do IBDFAM. Presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero do IBDFAM do Rio de Janeiro. Autora do livro: *Relações Homoafetivas – Direitos e Conquistas*. Coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.

6. Fernanda Leão Barretto: Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Professora da Escola da Magistratura da Bahia. Presidenta do IBDFAM da Bahia. Presidente Nacional da Comissão de Direito e Arte do IBDFAM. Autora de diversas obras jurídicas no Brasil. Professora exclusiva do Curso de Graduação em Direito da Universidade Salvador (UNIFACS). Professora convidada dos cursos de pós-graduação e extensão da Faculdade Baiana de Direito, do Centro de Ensino Jose Aras (CEJAS), da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), do Complexo Anhanguera - Rede LFG, e do Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS). Conselheira Estadual da OAB - Ordem dos Advogados da Bahia (2016-2021). Presidiu a Quarta e a Sexta Turma do Tribunal de Ética da OAB da Bahia. Membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB da Bahia. Coautora de diversas obras jurídicas no Brasil.